

**HABEAS CORPUS Nº 548.244 - SP (2019/0355348-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
NAYARA ROCHA RINCON - RJ173246  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DANILO LIMA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de DANILO LIMA SILVA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que denegou o *writ* de origem, assim ementado (fl. 73):

Habeas corpus Tráfico de drogas Prisão em flagrante Revogação da prisão preventiva – Descabimento – Constrangimento ilegal não evidenciado – Decisão fundamentada – Delito punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos, observado o disposto no artigo 282, § 6º c.c. artigo 313, inciso I, ambos do CPP – Presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, nos termos do artigo 312 e 313, I, ambos do CPP – Apreensão de 25g de maconha, 350g de cocaína e 15g de crack – Primariedade não é fator impeditivo da custódia cautelar – Ordem denegada.

O paciente foi preso em flagrante pela prática do crime de tráfico de drogas, tipificado no 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

O impetrante argumenta que a prisão em flagrante foi convertida em preventiva *em decisão insuficientemente fundamentada, a qual faz referências genéricas à gravidade do crime de tráfico*. Afirma, ainda, que haveria desproporção da prisão cautelar, sendo absolutamente seguro que o paciente não ficará acautelado, podendo ao final, na pior das hipóteses, fazer jus ao regime diverso do fechado.

Requer a concessão da ordem, para que seja revogada a prisão preventiva, com expedição do alvará de soltura.

Na origem, o processo n. 1503128-34.2019.8.26.0536 encontra-se na fase de oferecimento de defesa prévia, , conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal a quo consultadas em 27/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade

antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fls. 51-53):

II. Em cognição sumária, da análise dos elementos informativos reunidos nos autos, verifica-se que há prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria, bem como da finalidade da traficância. Consta que os policiais visualizaram o indiciado com uma sacola que, ao perceber a presença dos milicianos, dispensou a sacola. Os policiais militares encontraram a quantia de R\$ 65,00 em dinheiro com o indicado e na sacola dispensada por ele foram encontradas **25 gramas de maconha, 350 gramas de cocaína e 15 gramas de "crack"**. Em que pese as alegações da Defesa, nesta fase devem ser prestigiados os depoimentos dos policiais que efetuaram a prisão do indiciado. Diante dessas circunstâncias infere-se, em princípio e sem adentrar no mérito, que a prisão em flagrante do indiciado foi legítima. IV. A Lei nº 12.403/11, que alterou dispositivos do Código de Processo Penal, estipulou que as medidas cautelares penais serão aplicadas com a observância da necessidade de aplicação da lei penal, necessidade para a investigação ou instrução penal e para evitar a prática de infrações, devendo a medida em questão, ainda, ser adequada à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais dos averiguados (artigo 282 do CPP). A prisão preventiva será determinada quando as outras medidas cautelares alternativas à prisão não forem cabíveis, ou melhor, mostrarem-se insuficientes ou inadequadas para o caso concreto (artigo 282, § 6º, do CPP). No caso, verifica-se que estão presentes os requisitos da prisão preventiva, sendo insuficiente a fixação de medidas cautelares alternativas. Trata-se, em tese, de delito doloso cuja pena máxima supera os quatro anos e há provas da materialidade e indícios da autoria. Além disso, a prisão preventiva é necessária para garantia da ordem pública, para conveniência da instrução processual e para assegurar a aplicação da lei penal. Consigne-se que o tráfico de drogas é delito equiparado ao hediondo e cujo tratamento exige maior rigor. A prisão do averiguado está absolutamente amparada pela lei, havendo fortes indícios de autoria delitiva, o que demonstra a presença do *fumus commissi delicti*. Também está presente o *periculum libertatis*. O crime de tráfico de drogas é grave e vem causando temor à população obreira, em razão de estar relacionado ao aumento da violência e criminalidade, estando, muitas vezes, ligado ao crime organizado. Ademais, é fonte de desestabilização das relações familiares e sociais, gerando, ainda, grande problema de ordem de saúde pública em razão do crescente número de dependentes químicos. **É evidente que a quantidade considerável e diversidade de entorpecente encontrada (três tipos), aliada às circunstâncias da prisão demonstram ser o averiguado portador de personalidade dotada de acentuada periculosidade, além de trazer indícios de seu envolvimento no crime organizado, a afastar, em cognição sumária, o privilégio legal.** Além disso, não exerce atividade lícita comprovada, nem trouxe prova de residência fixa, de modo que a chance de

fuga é relevante. Embora primário, o averiguado foi surpreendido com **quantidade elevada de entorpecentes**, sem justificativa plausível para tanto. Ademais, a soltura no presente momento formaria verdadeiro incentivo à impunidade, aumentando consideravelmente a chance de reincidência, para obtenção de lucro fácil na mercancia de entorpecente. V. Ante o exposto, considerando a gravidade em concreto dos fatos delituosos, as circunstâncias fáticas do caso e as condições pessoais desfavoráveis do averiguado, com base nos artigos 282, § 6º, e 310, II, do CPP, CONVERTO em PREVENTIVA a prisão em flagrante de **DANILO LIMA SILVA**, expedindo-se o competente mandado de prisão.

Como se vê, a prisão em flagrante do paciente foi convertida em preventiva em razão da *quantidade elevada de entorpecentes* apreendidos, quais sejam, *25 gramas de maconha, 350 gramas de cocaína e 15 gramas de "crack"*.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator